

# Estudo Técnico Preliminar 7/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 08455.001445/2024-56

## 2. Descrição da necessidade

A futura aquisição/contratação dos bens e serviços de recarga de extintores se dá em razão da necessidade de manter níveis desejados de prevenção contra sinistro (incêndio) e constitui-se numa obrigatoriedade às normas de segurança, conforme determinação da Portaria nº 58:2022 do INMETRO Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio, da NBR 12693:2021 Sistemas de proteção por extintores de incêndio e NBR 12962:2016 Extintores de incêndio - Inspeção e manutenção, da NR-23 Proteção contra incêndios.

Portanto, considerando que o encerramento da vigência do contrato 18/2018- SR/PF/RJ ( 08455.004616/2018-51) em 15/07 /2023, torna-se **URGENTE** a realização de nova contratação.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
gted/sr/pf/rj	gted/sr/pf/rj

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação, eventual e futura, de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e fornecimento de extintores de incêndio, com suporte e instalação final na Superintendência de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e suas descentralizadas, conforme relação destacada abaixo:

### Imóveis Relacionados:

- Superintendência Regional de Policia Federal - Av. Rodrigues Alves, 01, Saúde, Rio de Janeiro-RJ.
- NFTI/RJ - Av. Rodrigues Alves, 20 - Segundo Andar - Saúde, Rio de Janeiro/RJ
- Delegacia de Angra dos Reis - Terreno localizado na Rua Benedito Pereira da Rocha, 463-A-Centro-Angra dos Reis-RJ- Cep. 23906-250;
- Delegacia de Nova Iguaçu - Terreno localizado na Rua Iracema Soares Pereira Junqueira, nº 25-Centro de Nova Iguaçu- Cep. 26210-260;
- Delegacia de Niterói - Terreno localizado na Praça Fonseca Ramos s/n-Centro-Cep. 24.030-020;
- Delegacia de Campos -Terreno localizado na Rua Barão de Miracema, nº 158-Centro-Cep. 28035-300;
- Delegacia de Macaé - Terreno localizado na Avenida Camilo Nogueira da Gama, nº 230-Loteamento Novo Botafogo- Cep. 27947-280;
- Delegacia de Volta Redonda - Terreno localizado na Avenida Sete de Setembro, nº 94/aterrado-Cep. 27213-160;
- DEPOM/Angra dos Reis - Terreno localizado na Praça Lopes Trovão,s/nº-Centro-Angra dos Reis-RJ(DEPOM);
- Depósito de Veículos-Ilha do Governador - Terreno Localizado na Estrada de Itacolomi,S/Nº-Próximo ao Angar da Lider TáxiAéreo;
- Canil- Iha do Governador - Terreno localizado na Área de apoio do aeroporto Internacional Tom Jobim-Rua C-S/N, Cep. 21941-570;
- Posto de Itaguaí - Estrada da Ilha da Madeira, Km 2,5-s/n-Porto de Itaguaí-RJ-Cep. 23854-410;
- Posto de Petrópolis da Polícia Federal - Terreno localizado na Avenida Ayrton Senna, nº 699-Quitandinha-Petrópolis-RJ- Cep. 25650-340;
- Sede NEPON e GPI - Avenida Almirante Sílvio de Noronha, nº 373, Centro — Rio de Janeiro/RJ;
- GISE - Av. Rio Branco 135, 15 andar, Centro;

- DEAIN/SR/PF/RJ - (Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim) - Av. Vinte de Janeiro, s/nº - Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, 21941- 900RJ -Telefone: 3398-4181/2227 (DEAIN) - Terminais 1 e 2;
- DEAER/SR/PF/RJ (Aeroporto Santos Dumont) - Conector, Praça Sen. Salgado Filho, Centro - Rio de Janeiro - RJ;
- DELEMIG SDU - Segundo Pavimento do Embarque, Praça Sen. Salgado Filho, Centro - Rio de Janeiro - RJ;
- FICCO/DRPJ/SR/PF/RJ - Rua Nicola Aslan, nº 377, Braga, Cabo Frio – RJ CEP 28908-235.

Todos os serviços deverão ser executados sob responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA, resguardada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade.

A CONTRATADA deverá executar todos os serviços de acordo com o Termo de Referência, Edital e seus Anexos e em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas.

Empresa especializada e licenciada para prestação dos serviços. A manutenção deve atender a todas as exigências do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, que trata do Regulamento Técnico da Qualidade para os Serviços de Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio; à norma técnica brasileira de inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio, NBR 12962; Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar e demais legislações em vigor e atualizadas relacionadas ao objeto da contratação.

Todo e qualquer serviço terá que ser executado por profissionais habilitados para os fins específicos.

Caberá a CONTRATADA o pagamento de todos os encargos sociais, trabalhistas, patronais, taxas, impostos, emolumentos, licenças, alvarás, certidões, placas e tudo o mais que se fizer necessário para o bom desempenho do serviço.

Os materiais empregados deverão ser os especificados conforme o Termo de Referência e nas Normas Técnicas da ABNT com qualidade comprovada e material de primeiro uso; reservado à Fiscalização o direito de recusar os que julgarem de má qualidade.

Será de responsabilidade da CONTRATADA a execução dos serviços, inclusive todo e qualquer acabamento, e recomposições que se fizerem necessários à sua perfeita realização, bem como o transporte interno e externo dos equipamentos e materiais.

Os itens especificados deverão ser instalados tomando o devido cuidado para não danificar ou sujar o material e as instalações adjacentes.

Havendo qualquer dano nas instalações adjacentes, a contratada deverá substituir ou consertar sem ônus para a contratante.

Os serviços serão executados conforme especificações indicadas no Termo de Referência, em datas e horários a serem acordados com a Fiscalização. Salienta-se que o reparo será executado com a manutenção regular dos serviços e atividades desenvolvidos na Superintendência, assim, horários, datas e locais que sofrerão intervenção deverão ser objeto de rigorosa programação e coordenação com todos os envolvidos. Esse fato foi considerado na elaboração do cronograma anexo do Termo de Referência e não poderá ser utilizado como justificativa para atraso dos serviços ou solicitação de extensão do prazo.

A limpeza do local de execução do serviço, objeto da contratação, o descarte e a destinação dos materiais/entulhos deverão ser realizados pela CONTRATADA, de forma ambientalmente correta, não provocando contaminação do meio ambiente.

Para fins de melhor entendimento, assim considerem-se:

Recarga: é a reposição ou substituição da carga nominal de agente extintor e/ou expelente;

Manutenção: é o exame completo do extintor, com a finalidade de manter suas características originais de operação para proporcionar um nível adequado de confiança, de que irá funcionar efetivamente com segurança. Inclui qualquer reparo ou substituição que seja necessário, podendo ainda revelar a necessidade de substituição ou recarga do agente extintor ou do ensaio de teste hidrostático;

Manutenção de 2º Nível - de caráter preventivo e corretivo. Requer a desmontagem completa do extintor, limpeza de todos os componentes, inspeção das roscas e partes internas, realização de ensaios nos componentes, execução de recarga e pressurização, colocação do anel, trava e lacre, fixação do Selo de Identificação da Conformidade, da etiqueta de garantia e do quadro de instruções;

Manutenção de 3º Nível: de caráter corretivo. Processo em que se aplica a revisão total do extintor de incêndio, incluindo o ensaio hidrostático. A contar da data de fabricação ou da realização do último ensaio hidrostático, a cada 5 anos o extintor deverá passar pela manutenção de terceiro nível, ensaio hidrostático. Este intervalo de cinco anos deverá ser interrompido caso não seja possível identificar quando se deu o último ensaio hidrostático, ou quando o extintor for submetido a danos térmicos ou mecânicos, devendo passar imediatamente pelo ensaio hidrostático;

A empresa contratada deverá realizar os serviços de inspeção e manutenção de 1º, 2º e 3º nível nos extintores de incêndio, conforme demanda;

A contratada fornecerá, quando necessário, extintores de incêndio novos devidamente abastecidos e pronto para o uso.

A empresa deverá ter conhecimento e domínio dos documentos que integram a contratação (relatórios técnicos de manutenção e de ensaios) e/ou dirimir suas dúvidas acerca da execução dos trabalhos e do contrato, e/ou eventuais incompatibilidades entre os documentos que compõe a contratação, anteriormente ao início dos serviços, não sendo aceita a alegação de necessidade de ajustes no contrato, como justificativa para atrasos, paralisações de prazo.

#### **Natureza da Contratação:**

Os serviços serem adquiridos enquadram-se como **bens comuns**, caracterizados como de natureza continuada sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, cabendo, dessa forma, a Administração utilizar a modalidade **Pregão**, conforme preceitua a Lei 14.133/2021, a adoção do **Serviço Continuado Sem Dedicação Exclusiva de Mão de Obra**, uma vez que tratar-se se serviço de manutenção sem necessidade *de alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão, nem dedicação exclusiva*.

#### **Sustentabilidade:**

Deverá ser atendido o preconizado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU no que tange a manutenção e fornecimento de extintores, conforme descrito abaixo:

*"Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal*

*Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:*

- a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;*
- b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;*
- c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;*
- d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;*
- e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H1301 e H-2402;*
- f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;*

*g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.*

*g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.*

*g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final."*

#### **Critérios de Seleção do Fornecedor:**

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no Edital.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

A CONTRATADA deverá apresentar capacitação técnica especializada, bem como registro de tal atividade no devido(s) órgão(s) competente(s), bem como local adequado para o desempenho do serviço atendendo, rigorosamente, a todas as normas pertinentes, bem como pessoal capacitado.

Empresa Credenciada no INMETRO e no Corpo de bombeiros do Estado do Rio de Janeiro

A contratada deverá seguir estritamente as normas da ABNT que se referem a extintores de incêndio, principalmente as normas ABNT NBR 12693:2021, que trata dos Sistemas de Proteção por Extintor de Incêndio; NBR 15808, que trata de extintores de incêndio portátil; a NBR 12962 que trata de Inspeção, Manutenção e Recarga de extintores de incêndio; NBR 5770 que trata da Determinação do grau de enferrujamento de superfícies pintadas; NBR 9695 que trata de Pó Químico para Extinção de Incêndio; a NBR 13485 que trata da Manutenção de 3º nível (vistoria) em extintores de incêndio. Os extintores de incêndio a serem mantidos deverão ser retirados e entregues pela CONTRATADA, após assinatura do contrato e/ou recebimento de Nota de Empenho. Programação contendo local e hora para execução dos serviços será definido pela Fiscalização.

## **5. Levantamento de Mercado**

A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de manutenção capaz de executar serviço em tela, devendo a gestão ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Termo de Referência, a serem anexados ao corpo deste processo administrativo.

Considerando a necessidade de inclusão ao preço do serviço a logística necessária para atender as unidades em todo estado do Rio de Janeiro, foi elaborada planilha orçamentária por meio de pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, através de e-mail, conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021.

## **6. Descrição da solução como um todo**

A contratada deverá atender o previsto nas normas da ABNT e demais legislações sobre o objeto a ser contratado, dentre os quais destacam-se:

- Portaria 58/22 - Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Inspeção Técnica e Manutenção de Extintores de Incêndio;
- ABNT NBR 12693:2021, que trata dos Sistemas de Proteção por Extintor de Incêndio;
- NBR 15808, que trata de extintores de incêndio portátil;
- NBR 12962 que trata de Inspeção, Manutenção e Recarga de extintores de incêndio;
- NBR 5770 que trata da Determinação do grau de enferrujamento de superfícies pintadas;
- NBR 9695 que trata de Pó Químico para Extinção de Incêndio;

- NBR 13485 que trata da Manutenção de 3º nível (vistoria) em extintores de incêndio;
- NBR 7195:2018 que trata de Cores para segurança;
- NBR 12274:2010 que trata de Inspeção em cilindros de aço sem costura para gases – Procedimento
- NBR 13243:1994 que trata Cilindro de aço para gases comprimido – Ensaio hidrostático pelo método camisa d'água – Método de ensaio
- NBR ISO 4628-3:2015 que trata de Tintas e vernizes - Avaliação da degradação de revestimento - Designação da quantidade e tamanho dos defeitos e da intensidade de mudanças uniformes na aparência.

A CONTRATADA deverá atender os seguintes critérios mínimos para manutenção dos extintores de incêndio:

**Inspeção:** Exame periódico, que define o tipo de manutenção a ser efetuado, realizado por empresa de inspeção e manutenção de extintores, por meio de pessoal habilitado, com a finalidade de verificar se permanecem mantidas condições originais de operação dos equipamentos.

Quando observada irregularidade em algum extintor este deverá ser prontamente substituído por equipamento em condições de uso até que se conclua o processo de manutenção do extintor, podendo este estar enquadrado em qualquer dos três níveis de manutenção.

**Manutenção I nível:** Manutenção realizadas no ato da inspeção por pessoal habilitado, pode ser realizado no local onde os extintores estão instalados, não havendo necessidade de remove-los para oficina especializada.

Realizar a manutenção sempre que observado dano no extintor, junto ou após inspeção semestral, inclusive deverá ser emitido relatório contendo dados da manutenção, dados do executante, identificação e localização do extintor e discriminação do nível de manutenção concluído.

**Manutenção II nível:** Manutenção de caráter preventivo e corretivo que requer execução de serviços com equipamento e local apropriados, isto é, na empresa registrada.

**Manutenção III nível:** A manutenção tem caráter preventivo e corretivo e visa verificar a resistência e as condições de operação dos extintores de incêndio e seus componentes. Dentre os serviços, encontra-se contemplada a manutenção nível II e a realização de teste hidrostático e pintura nos cilindros

Ao final de cada inspeção e/ou manutenção deverá ser emitido relatório técnico pela empresa CONTRATADA.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Contratação, eventual e futura, de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e fornecimento de extintores de incêndio, com suporte e instalação final na Superintendência de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro e suas descentralizadas, conforme quantitativos abaixo:

MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO NÍVEIS 1,2 E 3											
Unidade	Endereço	Extintores									
		CO <sub>2</sub> (4kg)	CO <sub>2</sub> (6kg)	CO <sub>2</sub> (8kg)	CO <sub>2</sub> (12kg)	CO <sub>2</sub> (25kg)	H <sub>2</sub> O P (10L)	Pó Químico (4kg)	Pó Químico (6kg)	Pó Químico (8kg)	Pó Químico (12kg)
Superintendência Regional de Polícia Federal	Av. Rodrigues Alves, 01, Saúde, Rio de Janeiro-RJ.	65	175		1	4	33	12	38	1	1
NFTI/RJ	Av. Rodrigues Alves, 20 - Segundo Andar - Saúde, Rio de Janeiro/RJ										
Sede NEPON e GPI	Avenida Almirante Sílvia de Noronha, nº 373, Centro — Rio de Janeiro /RJ		4				7	1	1		
DEAER/SR/PF/RJ	Conector, Praça Sen.										

(Aeroporto Santos Dumont)	Salgado Filho, Centro - Rio de Janeiro - RJ										
DELEMIG SDU (Aeroporto Santos Dumont)	Segundo Pavimento do Embarque, Praça Sen. Salgado Filho, Centro - Rio de Janeiro - RJ		3				3				
GISE	Av. Rio Branco 135, 15 andar, Centro		5					3	1		
Depósito de Veículos- Ilha do Governador	Estrada de Itacolomi,S/Nº- Próximo ao Angar da Lider Táxi Aéreo		1			1					
Canil- Iha do Governador	Área de apoio do aeroporto Internacional Tom Jobim- Rua C-S/N, Cep.21941-570										
DEAIN/SR/PF/RJ - (Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim)	Av. Vinte de Janeiro, s/nº - Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, 21941- 900RJ										
Delegacia de Angra dos Reis	Rua Benedito Pereira da Rocha, 463-A-Centro- Angra dos Reis-RJ-Cep. 23906-250		6				3				
DEPOM/Angra dos Reis	Praça Lopes Trovão,s/nº- Centro-Angra dos Reis-RJ (DEPOM)		2								
Delegacia de Nova Iguaçu	Rua Iracema Soares Pereira Junqueira, nº 25- Centro de Nova Iguaçu- Cep. 26210-260		13				12	1	6		
Posto de Itaguaí da Polícia Federal	Estrada da Ilha da Madeira, Km 2,5-s/n-Porto de Itaguaí-RJ-Cep. 23854-410										
Posto de Petrópolis da Polícia Federal	Avenida Ayrton Senna, nº 699-Quitandinha- Petrópolis-RJ-Cep. 25650-340	1						3	1		
Delegacia de Niterói	Praça Fonseca Ramos s/n- Centro-Cep. 24.030-020	1					4		3		
Delegacia de Campos	Rua Barão de Miracema, nº 158-Centro-Cep. 28035-300		4				3		1		
Delegacia de Macaé	Avenida Camilo Nogueira da Gama, nº 230- Loteamento Novo Botafogo-Cep. 27947-280	4	3	1		1	10		3		1
FICCO/DRPJ/SR/PF/RJ	Rua Nicola Aslan, nº 377, Braga, Cabo Frio – RJ CEP 28908-235										
Delegacia de Volta Redonda	Avenida Sete de Setembro, nº 94/aterrado-Cep. 27213-160	3	2				6				
Total		74	218	1	1	6	81	20	54	1	2

**FORNECIMENTO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO E PEÇAS ( PARA SR/PF/RJ E DEMAIS DESCENTRAL**

ITEM	DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS	Unidade	Qu

3.1	Extintor de Incêndio CO2 04kg	UNID.
3.2	Extintor de Incêndio CO2 06kg	UNID.
3.3	Extintor de Incêndio CO2 08kg	UNID.
3.4	Extintor de Incêndio CO2 12kg	UNID.
3.5	Extintor de Incêndio CO2 25kg	UNID.
3.6	Extintor de Incêndio água pressurizada 10L	UNID.
3.7	Extintor de Incêndio PQS 04kg	UNID.
3.8	Extintor de Incêndio PQS 06kg	UNID.
3.9	Extintor de Incêndio PQS 08kg	UNID.
3.10	Extintor de Incêndio PQS 12kg	UNID.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 165.546,10

Valor estimado para contratação R\$165.546,10 (cento e sessenta e cinco mil quinhentos e quarenta e seis reais e dez centavos), conforme média saneada da pesquisa de preços.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Cabe aqui a justificativa em relação ao não parcelamento do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme disposto no inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133/2021. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.”. Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da reforma, fica impraticável o parcelamento da contratação.

Diante da experiência e conhecimento, opta-se, com todo o fundamento acima, pela contratação conjunta do serviço, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há previsão de contratação correlata tendo em vista que o processo será executado de forma integral pelo vencedor de cada item. Ou seja, os vencedores vão fornecer os materiais, fazer a instalação, fornecer os profissionais para a instalação, bem como toda a estrutura de equipamentos, transporte dos profissionais, frete dos produtos adquiridos e inclusive limpeza dos espaços trabalhados toda e qualquer outra necessidade para a finalização do serviço.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação visa a atender as demandas expostas no Termo de Formalização da Demanda e está de acordo com o planejamento do órgão, conforme Código no PGC da UASG 2024, Documento de Formalização da Demanda No. 101/2023.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Manter os extintores de incêndio abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, mitigando eventual dano e garantindo ações necessárias de segurança contra incêndio das edificações de forma a preservar o patrimônio público, as instalações, os equipamentos, o acervo documental e a integridade física dos servidores, bem como do público em geral que circulam nas unidades de Polícia Federal e do meio ambiente.

## 13. Providências a serem Adotadas

Permitir livre acesso ao local de execução do objeto nos horários estipulados aos funcionários da contratada autorizados e aprovados mediante normas internas de acesso a locais restritos da PF (investigação social).

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Visando a minimização dos impactos ambientais, decorrentes de obras e outros serviços, a Administração Pública deve aplicar critérios e promover ações ambientais e socioambientais quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos por ela, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 6º da Lei nº 14.133/2021, à Lei nº 12.187/2009 e ao art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, e também ao Decreto nº 7746/2012.

Segundo o art. 4º, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes de sustentabilidade, as seguintes ações quando couber, entre outras:

- a) práticas que gerem menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência pelo uso de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- e g) origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Nesse íterim, seguem abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora, quando couber, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

I - A otimização de recursos materiais;

II - A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

III - Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

IV - Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.



V - Responsabilizar-se pelo preenchimento do "Formulário de Ocorrências para Manutenção, a ser fornecido pela CONTRATANTE, a fim de informar prováveis e reais ocorrências. Exemplo de ocorrências mais comuns e que devem ser apontadas são: Vazamentos nas torneiras ou nos lavatórios; Lâmpadas queimadas ou piscando; Fios desencapados; Janelas, fechaduras ou vidros quebrados; Aparelhos eletrônicos ligados e que estejam em desuso, entre outras.

VI - Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

VII - Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias;

VIII - Instruir os profissionais quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos em especial aos recipientes adequados para a coleta seletiva.

Ainda, com relação à sustentabilidade na execução de serviços, e em respeito a Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, o edital de contratação de serviços deverá prever a adoção, por parte das licitantes, das seguintes práticas, quando couberem:

I - Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realização de um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Promoção da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

e VIII - Destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

A licitante deverá, ainda, sem prejuízo das ações anteriores, apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, quando couber, conforme modelo que deverá constar em edital. Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios requisitados pretendidos. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIANA SOARES DE SOUZA DO SACRAMENTO**

Equipe de apoio